FIOCRUZ

Súmula

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ

RADIS
Reunião, Análise e Difusão de Informação sobre Saúde

Nº 63 - Abril de 97

PACOTE PRETENDE QUE ESTADOS E MUNICÍPIOS GASTEM MAIS COM SAÚDE

Elevar os gastos de estados e municípios com a saúde. Este é um dos principais pontos do Plano de Metas anunciado pelo Ministro Carlos Albuquerque e pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso, que objetiva elevar o patamar de financiamento do setor e melhorar a qualidade do atendimento prestado à população.

Levantamento do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e da Câmara dos Deputados mostra que os estados gastam em saúde em média de 6% a 8% do que arecadam. Já os municípios gastam entre 9% e 11%. Pela proposta do Governo Federal, os estados passariam a gastar no mínimo 10% de sua receita com saúde, enquanto os municípios teriam de aplicar no setor pelo menos 12,5% do que arrecadam.

Para que estes números se tornem realidade, o Governo deverá apoiar a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 169 - de autoria do Deputado Eduardo Jorge (PT-SP) e do ex-Deputado Waldir Pires - que vincula parte da arrecadação de estados, municípios e da União a gastos com a saúde. A proposta tramita no Congresso desde 1993, mas sempre encontrou resistência na área econômica justamente por vincular o Orçamento a determinado gasto.

"Do ponto de vista teórico, é muito difícil para qualquer economista - de direita, de esquerda ou de centro - aceitar a idéia de vincular o Orçamento. Mas a saúde está passando por um momento de crise excepcional, que justifica o apoio a essa alternativa não ortodoxa", afirma o Deputado.

Se a PEC 169 vier a ser aprovada, o Brasil passará a gastar com a saúde cerca de R$ 31,1 bilhões (sendo R$ 20,3 bilhões da União; R$ 6,2 bilhões dos estados e R$ 4,6 bilhões dos municípios). Com isso, o gasto per capita com saúde chegaria a R$ 191, sendo R$ 125 do Governo Federal. Em 1996, o gasto federal foi de R$ 89,8; muito abaixo do gasto de países de potencial econômico equivalente ou menor que o do Brasil.

Para o Deputado Eduardo Jorge, a iniciativa é um avanço:

- Não estou querendo jogar confete, mesmo porque se o gasto público com a saúde chegar a R$ 200 isso não será nada de excepcional. Mas é um avanço. A área econômica viu que a nossa reivindicação era até modesta, se comparada aos gastos com o setor feito por outros países, concluiu.

Os principais pontos do Plano de Metas para 98

◆ Elevar o gasto público em saúde em 1998 para R$ 31,1 bilhões, aumentando o gasto per capita da União, estados e municípios para R$ 191,00.

◆ Até o fim de 1998, repassar a 3.300 municípios a responsabilidade da gestão relativa aos procedimentos básicos com saúde, como consultas, vacinação e exames.

◆ Os 700 municípios de médio e grande porte assumirão a gestão plena dos recursos liberados pelo Governo Federal, ficando responsáveis por todas as ações e serviços de saúde.

◆ A compra de medicamentos será descentralizada, com o repasse da verba aos estados, que passarão a assumir a negociação com a indústria farmacêutica.

◆ Até maio, o Governo apresentará uma proposta que viabilize o pagamento por parte dos planos de saúde do atendimento prestado pelo SUS a seus associados.

◆ Os valores da Tabela do SUS serão revistos e o leque de procedimentos será elevado de 400 para 1.400.

◆ Intensificar a fiscalização da cobrança das Autorizações de Internação Hospitalar (AIHs) e dos atendimentos ambulatoriais pelos hospitais conveniados ao SUS, com o objetivo de reduzir as fraudes. Os procedimentos ambulatoriais mais caros (que representam 50% dos gastos totais) terão controles específicos.

SUCESSÃO

FIOCRUZ TEM NOVO PRESIDENTE

O cientista Eloi Garcia foi nomeado, no início de fevereiro, presidente da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), através de decreto assinado pelo Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, e pelo Ministro da Saúde, Carlos César de Albuquerque. O nome de Eloi encabeçava a lista tríplice, que foi eleita pelos servidores da Fiocruz e legitimada pelo Ministério da Saúde, consagrando o processo eleitoral na instituição, iniciado em outubro do ano passado. Eloi Garcia é mineiro, tem 52 anos e ocupava a Vice-Presidência de Pesquisa e Ambiente.

ALERGIA A ÁCAROS

BRASILEIROS CRIAM VACINA MAIS EFICAZ

Um grupo de pesquisadores do Rio de Janeiro desenvolveu uma nova vacina contra a alergia provocada por ácaros. A vacina brasileira mostrou um nível de eficácia muito superior às existentes no mercado, além de apresentar reações muito menos agressivas ao organismo.

O alergista Gilberto Pradez, coordenador do grupo, explicou que, ao contrário do produto importado, que utiliza ácaros americanos para suas pesquisas, as vacinas nacionais usam as seis espécies de ácaros que mais desencadeiam crises alérgicas no país. "Com o ácaro americano, os sintomas desapareciam num prazo de seis a oito meses. Com o brasileiro, a vacina faz isso em três meses", comemorou. Foram quatro anos de pesquisa e investimentos da ordem de US$ 200 mil. Mas o alergista não tem dúvidas: valeu a pena.

COMUNICAÇÃO

ENSP PROMOVE CURSO EM JUNHO

A Escola Nacional de Saúde Pública (Ensp), da Fiocruz, vai promover, de 2 a 27 de junho, o Curso de Aperfeiçoamento em Comunicação e Saúde. O curso, que terá a duração de 180 horas em regime integral, é dirigido a profissionais de nível superior com atuação nas áreas de Comunicação, Saúde e correlatas, e tem como objetivo subsidiar os processos de elaboração de políticas e estratégias de Comunicação na Saúde.

As inscrições podem ser feitas de 3 a 31 de março. Para maiores informações, entrar em contato com o Departamento de Comunicação em Saúde, telefone (021) 590—9122, ramal 211.

SBPC

REUNIÃO SERÁ EM MINAS GERAIS

A 49ª reunião anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SPBC) será realizada este ano em Minas Gerais, no período de 13 a 18 de julho, como parte dos eventos comemorativos dos 70 anos da Universidade Federal de Minas Gerais e do centenário da cidade de Belo Horizonte.

A reunião, que contará com a participação de 70 sociedades e associações científicas das diversas áreas de conhecimento, terá a duração de seis dias, durante os quais a capital mineira será sede de inúmeras atividades científicas e culturais, todas de livre acesso ao público. A expectativa dos organizadores é que mais de dez mil pessoas participem da reunião, cujos objetivos principais são aproximar a pesquisa científica da educação e canalizar esforços de toda a sociedade para o avanço da ciência.

TALIDOMIDA

SAÚDE QUER DEFINIR CRITÉRIOS PARA USO

O emprego da talidomida por mulheres grávidas provocou, entre os anos de 1957 e 1962, o nascimento de cerca de 15 mil crianças mutiladas, no mundo todo. Atualmente, no Brasil, o medicamento voltou a ser produzido para doentes de hanseníase, e já foram identificadas 62 vítimas da segunda geração. Por causa disso, o Ministério da Saúde nomeou uma comissão que tem a responsabilidade de propor uma nova portaria definindo a produção, o controle e as doenças que podem ser tratadas com a talidomida. Esta comissão tem até o mês de abril para apresentar propostas.

Ampla liberdade de prescrição

Rubem David Azulay
Presidente da Academia Nacional de Medicina

"Estamos pedindo ao Ministério da Saúde que altere certas restrições, porque não se pode proibir totalmente uma droga capaz de tantos benefícios. A literatura médica vem recomendando o emprego da talidomida como tratamento de primeira linha em várias afecções graves e a principal delas, permitida na rede pública, é a reação leprótica, uma complicação da hanseníase que acomete 30% dos doentes. Os médicos precisam ter ampla liberdade de prescrição, por isso pedimos que sejam eliminadas dificuldades para a sua produção comercial. Um rígido controle de seu receituário e um termo de compromisso assinado entre o paciente e o médico poderiam garantir o uso seguro do remédio."

Restrições a maior liberalização

Claudia Marques Coutinho
Presidente da Associação dos Portadores da Síndrome da Talidomida

"Um termo de compromisso assinado pelo paciente só serviria para livrar a cara do médico e do laboratório. Lutaremos de todas as formas para impedir uma maior liberalização do uso da droga. Os médicos que desejarem prescrevê-la devem ter autorização especial da Vigilância Sanitária e serão responsabilizados pelas conseqüências. O uso da droga só seria seguro se houvesse um controle total sobre as mulheres que estão grávidas, mas esse controle não existe. Não há dúvidas que a ampliação do uso da talidomida provocará um aumento do número de vítimas da síndrome."

SÚMULA é um órgão oficial da Fundação Oswaldo Cruz,editado pelo **Programa Radis** (Reunião, Análise e Difusão de Informação sobre Saúde), da Escola Nacional de Saúde Pública (Ensp). *Jornalista Responsável*: **Álvaro Nascimento** (Reg. Prof. MT/RJ 13.160); *Periodicidade*: bimestral; *Tiragem*: 40 mil exemplares; *Distribuição*: Correios; *Assinatura*: Grátis, em conjunto com a TEMA, DADOS e o JORNAL DO RADIS. *Presidente da Fiocruz*: **Eloi Garcia;** *Diretor da Ensp*: **Adauto Araújo**; *Coordenador e Editor do Radis*: **Álvaro Nascimento**; *Redação*: **Rogério Lannes**; *Programação Visual, Ilustração e Editoração Eletrônica*: **Caco**; *Informática*: **Valéria Silva**; *Administração*: **Jandira Vilhena**; *Auxiliares Administrativos*: **Marisa Aguiar** e **Marcos Aguiar.**
PROGRAMA RADIS: Av. Brasil, 4036, sala 515 - CEP 21040-361 - Manguinhos - Rio de Janeiro. Telefax (021)260.7979. **SÚMULA** é uma publicação destinada a oferecer um resumo comentado das principais notícias veiculadas na imprensa nacional. As fontes nas quais se baseia são os jornais O GLOBO, JORNAL DO BRASIL, FOLHA DE SÃO PAULO, ESTADO DE SÃO PAULO, GAZETA MERCANTIL, CORREIO BRAZILIENSE, revistas VEJA, ISTO É e CIÊNCIA HOJE.

PLANOS DE SAÚDE

EM 96, LÍDERES EM QUEIXAS NO PROCON

As empresas de convênio médico lideraram a lista de reclamações do Procon da Secretaria de Justiça do Estado de São Paulo em 1996. Cerca de 37% das 4.685 empresas denunciadas ao Procon são da área de produtos e 24% da área de serviços diversos. Mas entre as dez empresas que acumulam maior número de queixas, cinco são da área da saúde, com 20% das reclamações.

A principal queixa dos consumidores é quanto aos índices e a freqüência dos reajustes dos seguros e planos de saúde. "Reequilíbrio econômico financeiro de associados", necessidade de "uma margem de segurança na taxa de lucro líquido" e "reflexos da terceirização do setor administrativo" são alguns dos argumentos apresentados pelas empresas em sua defesa. Mas segundo a diretora de Atendimento do Procon, Maria Lumena Sampaio, as empresas não podem reajustar preços no período de um ano. "Se alegam que estão agregando mais serviços, é preciso comprovar que isto está sendo feito", diz ela.

UNICEF:

SUS DÁ CERTO ONDE É IMPLANTADO

Pesquisa encomendada pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) e realizada pelo Gallup, entre agosto e setembro de 96, em 42 municípios, revelou que 62% da população aprovam o serviço público de saúde nos municípios onde foi incrementado o modelo de semigestão (administração dos municípios que entram com 10% de recursos próprios), enquanto o índice de desaprovação é de 58% onde o modelo de gestão não foi adotado. Conclusão: o problema do SUS não está no modelo, mas na falta de vontade política para implantá-lo.

PAS

UM ANO DE DENÚNCIAS E CRISES

Um ano após a sua implantação na cidade de São Paulo, o Plano de Atendimento à Saúde (PAS) enfrenta sua pior crise, ameaça o funcionamento da rede de saúde municipal e começa a encolher. Dos 238 hospitais e postos de saúde que faziam parte do sistema no ano passado, 14 já foram desativados ou tiveram seu atendimento reduzido. Outras unidades e serviços devem parar este ano.

A decisão da Prefeitura de passar a administração de seus hospitais e postos de saúde a cooperativas médicas, que recebem R$ 10,96 por cada pessoa que estima-se que a cooperativa vá atender a cada mês, resultou num sistema marcado por denúncias e crises.

1) Crise financeira: o PAS vai demandar este ano mais R$ 340 milhões, além dos R$ 500 milhões previstos no orçamento. Além disso as cooperativas estão endividadas. Devem R$ 30 milhões à Prefeitura.

2) Crise jurídica: existem hoje cerca de 30 representações contra o PAS no Ministério Público - que considera a total autonomia financeira e administrativa do sistema inconstitucional. Já o Tribunal de Contas do Município e a polícia investigam denúncias de superfaturamento em pagamentos feitos por módulos.

3) Crise administrativa: o PAS tropeça em falhas gerenciais, irregularidades funcionais e incapacidade operacional de suas gerenciadoras, que ganham 6% das verbas de cada módulo para cuidar de sua contabilidade e administração.

4) Crise ética: apesar de movimentar quase R$ 2 bilhões em dinheiro público (96/97), todas as compras ou contratações de serviço no PAS são feitas sem licitação e concorrência pública.

O secretário municipal de Saúde, Masato Yokota, admite que essas empresas "têm apresentado falhas operacionais graves e ineficiência gerencial", mas renovou os contratos de serviço com as gerenciadoras por mais um ano.

NOVOS PREFEITOS

ELEITOR QUER SAÚDE COMO PRIORIDADE

Os atuais prefeitos têm bastante tempo, precisamente até o ano 2.000, para atender às expectativas da população de seus municípios e dar à saúde prioridade absoluta em seus governos. Segundo pesquisa feita pelo Ibope a pedido da Confederação Nacional da Indústria (CNI), logo após as eleições do ano passado, só o desenvolvimento da economia e a geração de empregos se equivalem à importância da atenção à saúde para a maioria dos brasileiros.

Duas mil pessoas em todo o País responderam à pergunta "o que você mais espera do próximo prefeito do seu município?". Deste total, 14% indicaram uma maior preocupação com a saúde, índice que chegou a 20% entre moradores da periferia e 19% no segmento com curso colegial incompleto ou completo.

MAIORES PREOCUPAÇÕES
(EM PERCENTUAL)

Saúde - **14**
Iniciativas econômicas - **14**
Pavimentar/ asfaltar - **9**
Educação - **7**
Água/saneamento básico - **5**
Continuidade administrativa - **4**
Segurança pública - **2**
Assistência Social - **2**

ABORTO I

LEGAL E SEGURO

Para reduzir as complicações causadas pelo aborto clandestino, a Federação Brasileira das Sociedades de Ginecologia e Obstetrícia (Febrasgo) está lançando uma campanha reivindicando algo aparentemente simples: que pelo menos uma maternidade pública de cada grande cidade tenha um serviço especializado em aborto legal - aquele permitido pelo Código Civil, de 1940, nos casos de estupro e risco de vida da mãe.

ABORTO II

EUA ADOTAM PÍLULA DO DIA SEGUINTE

Até o fim do ano, com o aval da FDA - a agência federal norte-americana que controla alimentos e produtos farmacêuticos - começa a ser comercializada nos Estados Unidos a pílula abortiva francesa RU-486.

Conhecida como a pílula do dia seguinte, a RU-486 foi motivo de polêmica na França e na Inglaterra na década passada e hoje é vendida normalmente. Mas o que reteve a entrada do produto nos EUA, foi uma batalha jurídica entre o distribuidor previsto para o mercado americano e os laboratórios Roussel-Uclaf que inventaram a pílula e abriram mão dos direitos de comercializá-la temendo a reação dos grupos antiabortos, que ameaçavam boicotar todos os produtos do fabricante francês.

Você mudou de casa?

Ao informar os dados de sua nova residência ao Radis, envie sempre a última etiqueta que vai colada na capa da publicação. Isto agilizará a alteração em nosso cadastro.

Aids

SP tem 17 cidades entre as 20 com maior incidência

São Paulo e Santa Catarina são os dois estados com maior incidência de Aids no Brasil, para cada grupo de cem mil habitantes. Os números constam de uma pesquisa do Programa Nacional de Doenças Sexualmente Transmissíveis e Aids, do Ministério da Saúde, e revelam também que, entre os 20 municípios brasileiros com maior incidência, 17 são de São Paulo e três de Santa Catarina. De acordo com a pesquisa, Itajaí (SC) vem em primeiro lugar, com 545,1 casos por cem mil habitantes, e Santos (SP) em segundo, com 483,8.

Os cálculos dos técnicos do Ministério da Saúde revelam que o Rio de Janeiro é o estado com a segunda maior incidência de Aids no país (o primeiro é São Paulo), com 112,1 casos para cada cem mil habitantes. O município do Rio de Janeiro aparece em 26º lugar, e o Ministério da Saúde trabalha com duas hipóteses para estes números: subnotificação e chegada tardia da epidemia.

DEFESA DO CONSUMIDOR QUER TIRAR MAIS DE CEM REMÉDIOS DO MERCADO

O Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec), a Sociedade Brasileira de Vigilância de Medicamentos (Sobravime) e o Conselho Federal de Farmácia (CFF) entraram na Justiça com uma ação para obrigar o governo a cassar o registro de medicamentos que não tenham comprovada sua eficácia e segurança clínica. São 107 antibióticos que fazem parte de uma lista de 161 produtos, preparada em 1995 pelo Grupo de Estudos de Medicamentos Antibióticos (Gema) mas que, segundo o Idec, estão comprovadamente à

venda. A composição destes medicamentos consiste numa associação de antibióticos com analgésicos ou antiinflamatórios, o que, segundo pesquisas do Gema, aumenta os efeitos colaterais, provoca interações entre as substâncias e leva ao aumento da resistência dos micróbios aos antibióticos.

SERINGAS PREVENTIVAS CONTINUAM SENDO DISTRIBUÍDAS

Equipes de agentes de saúde estão desafiando decisões judiciais e saindo às ruas para trocar seringas com usuários de drogas injetáveis. Parte dos juízes interpreta a atitude como incentivo ao uso de drogas, o que, pela atual Lei de Entorpecentes, tem o mesmo peso do tráfico e pode levar o infrator à prisão por até 12 anos. Os programas de troca de seringas têm o apoio da Organização Mundial da Saúde (OMS) e são financiados pelo Ministério da Saúde. O objetivo é reduzir a infecção pelo HIV entre usuários de drogas injetáveis, mas o medo da lei e a resistência aos programas estão levando várias cidades do País a recusarem o projeto. Segundo alguns técnicos, o Ministério da Saúde já reservou dinheiro para os programas, mas não está encontrando parceiros. As três capitais onde eles estão sendo executados são Porto Alegre, Salvador e São Paulo.

DIREITOS DOS PORTADORES DE HIV

O Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo concedeu ganho de causa em duas ações movidas em nome de doentes de Aids contra empresas de medicina de grupo. As empresas, que já tinham pago o tratamento por força de liminares, perderam agora o mérito da ação em segunda instância. Das onze ações que chegaram ao Tribunal, sete foram favoráveis aos pacientes.

Eis alguns direitos do portador de HIV, segundo o livreto *Pessoas que Vivem com HIV*, editado pelo Ministério da Saúde:

Auxílio-doença pago pela Previdência

O empregado recebe imediatamente após filiação ao INSS. Recebe mesmo estando desempregado há menos de um ano.

Aposentadoria por invalidez

Só vale para quem desenvolveu doença incapacitante em decorrência da Aids.

Saque do FGTS

Basta apresentar atestado médico e carteira profissional.

Emprego

O empregador não pode demitir funcionário com Aids nem exigir teste anti-HIV.

Aborto da mulher portadora de HIV

Como qualquer mulher, só pode abortar se corre risco de vida ou se a gravidez for resultado de estupro.

Partilha de bens de casais

No caso de uma união homossexual, deve ser ajuizada como se tratasse da dissolução de uma sociedade comercial, já que a Justiça brasileira não reconhece o casamento entre pessoas do mesmo sexo.

O livreto responde ainda a mais de 40 dúvidas sobre direitos civis, trabalhistas e previdenciários.

3 para 1

1/3 dos infectados no Brasil são mulheres

No entanto, são os homens os que mais se preocupam em receber informações para se prevenir contra a doença. A relação de casos masculinos/femininos, que já foi de 28 para um em 1985, caiu em 1996 para **três casos para um**.

1996
AIDS CAUSOU
1,5 MILHÃO
DE MORTES NO MUNDO

Cerca de 1,5 milhão de pessoas, das quais 350 mil crianças, morreram no ano passado em todo o mundo, em decorrência de doenças associadas ao vírus da Aids, segundo dados do último boletim epidemiológico divulgado pela Organização Mundial de Saúde (OMS). O estudo afirma que atualmente existem mais de 22 milhões de pessoas com o vírus HIV, e que doenças associadas à Aids provocaram a morte de cinco milhões de pessoas desde a descoberta do vírus, no começo dos anos 80.

ATENDIMENTO DOMICILIAR REDUZ GASTOS

O Programa Atendimento Comunitário, iniciado há pouco mais de um ano por um grupo de profissionais do Instituto de Infectologia Emílio Ribas (SP), ajudou a esvaziar as filas do ambulatório e reduziu os gastos com internações, além de oferecer um atendimento de melhor qualidade aos doentes. A cada quinze dias, uma equipe formada por médicos, enfermeiros, nutricionista e assistente social, visita a casa dos doentes, para consultas e coleta de material para exame. Além disso, são feitas verificações na rotina das pessoas, desde o cardápio das refeições até o uso de remédios.

TRANSPLANTES

Falta o mais difícil: INFRA-ESTRUTURA

Está em vigor desde o dia 21 de março, a Lei da doação presumida de órgãos, sancionada pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso, que torna qualquer brasileiro doador de órgãos após a morte, a não ser que se manifeste em contrário. Neste caso, a pessoa deve requerer a gravação gratuita na carteira de habilitação ou de identidade da expressão "não-doador de órgãos e tecidos".

O principal veto presidencial ao texto aprovado pelo Congresso eliminou a necessidade de parentesco ou de aprovação judicial para a doação entre pessoas vivas. Foi mantido o artigo que impõe penas máximas de dois a 20 anos para crimes como remoção ilegal ou comercialização de órgãos.

Até mesmo partidários da nova lei como o chefe do Grupo de Transplante de Fígado do Hospital das Clínicas de São Paulo, Silvano Raia, acreditam que a oferta de órgãos não deverá aumentar muito com a mudança da legislação.

- A falta de doadores se deve mais à falta de infra-estrutura da medicina pública de urgência - explica.

- Não se mantém um doador potencial em condições de realizar a doação.

De acordo com a nova lei, os transplantes ou enxertos de tecidos, órgãos ou partes do corpo humano só poderão ser realizados por estabelecimentos de saúde - públicos ou privados - e por equipes médico-cirúrgicas previamente autorizadas pelo Sistema Único de Saúde.

Serão criadas centrais estaduais ligadas a uma central nacional que acompanhará o histórico médico dos transplantados e controlará o desempenho dos hospitais onde se realizam as cirurgias. A central nacional também intermediará contatos entre as centrais, quando em um determinado Estado houver disponibilidade de órgão para outro. O artigo que determinava prazo máximo de dois anos para a criação das centrais estaduais foi vetado pelo Presidente da República.

Opiniões

A FAVOR

- Quem é contra a lei da doação presumida diz que há órgãos sobrando. É mentira. Minha mulher esperou dos cinco anos de idade até os 13 por uma córnea" - argumenta Antônio Leitão, relações públicas do Banco de Olhos do Hospital de Brasília.

Silvano Raia, chefe do Grupo de Transplante de Fígado do Hospital das Clínicas de São Paulo, acha que houve uma "evolução" na legislação:

- Primeiro, legislou-se sobre a morte cerebral. Depois, sobre o consentimento da família. Então, foi a vez da lista única. Agora, chegou-se à doação presumida. Antes contrário à doação presumida, o Ministro da Saúde, Carlos César Albuquerque, reviu sua opinião após a sanção presidencial:

- Queremos esclarecer para todos que a lei traz um avanço grande porque mudou o paradigma em relação ao assunto. Discutia-se a doação presumida do ponto de vista do respeito ao indivíduo, ao morto da família; o paradigma é o da vida - afirmou o Ministro.

CONTRA

O presidente da Associação Médica Brasileira (AMB), Antônio Celso Nunes Nassif, reagiu à sanção da lei dizendo que foram "desconsideradas" pelo governo as opiniões contrárias à doação presumida e favoráveis à doação voluntária manifestas pela AMB, pelo Conselho Federal de Medicina (CFM) e pela Federação Nacional dos Médicos (Fenam).

- As opiniões das três entidades são absolutamente indispensáveis. O que falta é apoio laboratorial e capacitação de pessoal - diz Nassif.

Alfredo Fiorelli, coordenador da Central de Transplantes da Secretaria Estadual de Saúde de São Paulo, endossa: "o sistema de captação não funciona bem e não será essa lei que o fará melhorar". A Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) também é contra: "doar órgãos é um gesto humanitário e não pode ser compulsório". A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) vai contestar a lei no Supremo Tribunal Federal por considerar que ela "fere os direitos individuais do cidadão e vai facilitar o comércio e o tráfico de órgãos".

FRAUDES

AIH PARA OS AMBULATÓRIOS

Intensificar a descentralização na saúde e reforçar o combate a fraudes são algumas das prioridades anunciadas pelo Ministro da Saúde Carlos César de Albuquerque para este ano.

Segundo o Ministro, serão descentralizados em sua gestão órgãos como a Secretaria Nacional de Vigilância Sanitária (SNVS), a Central de Medicamentos (Ceme), a Fundação Nacional de Saúde (FNS) e o Instituto Nacional de Nutrição (Inan).

- A única coisa que não podemos descentralizar é justamente o controle federal de como se gasta o dinheiro que transferimos -diz Carlos de Albuquerque, que não pretende continuar atribuindo recursos aos municípios com base na chamada "série histórica", pela qual as prefeituras recebem verbas calculadas de acordo com a média de gastos de um período anterior.

Ele afirma que vai instituir um "novo e rigoroso" sistema de controle sobre os ambulatórios conveniados ao Sistema Único de Saúde (SUS), a começar pelos lucrativos serviços de hemodiálise. Consultas, exames e atendimentos especializados são responsáveis por fraudes em torno de R$ 1,5 bilhão anuais, segundo o Ministério Público Federal.

O controle será nos mesmos moldes das Autorizações de Internação Hospitalar (AIH), que permitem individualizar cada conta apresentada e que possibilitaram, nos dois últimos anos, a detecção de centenas de milhares de fraudes em todo o país, nas investigações realizadas pelo Ministério Público.

CANAL SAÚDE

PROGRAMAÇÃO DE ABRIL DE 1997

O Canal Saúde está sendo transmitido pela Embratel e pelo Amazon Sat. Em nossa programação, estamos indicando à esquerda, o dia em que o programa é transmitido via Embratel, das 16 às 17 horas. A Embratel está reapresentando, das 17 às 18 horas, o Canal Saúde do dia anterior. Esta programação é elaborada a partir do acervo da VídeoSaúde - Distribuidora da FIOCRUZ, do Departamento de Comunicação e Saúde/CICT/ FIOCRUZ.

02-04-97

SAÚDE EM DEBATE - CONTROLE SOCIAL DO SUS - 1997 - 30 MIN.
Produção: TVE-RJ/CANAL SAÚDE
MÃO NA MASSA - 1991 - 17 MIN.
Produção: REDEH/CEMINA

03-04-97

SAÚDE EM REVISTA - 1996- 15 MIN.
Produção: TVE-RJ/CANAL SAÚDE
A LEI DOS HOMENS - 1992 - 8 MIN.
Produção: TV Maxabomba
DIREITOS REPRODUTIVOS - 1994 - 23 MIN.
Produção: CENTER TVRadiofoto

04-04-97

CENÁRIO BRASIL - UNIVERSIDADE SOLIDÁRIA I - 1997- 15 MIN
Produção: TVE-RJ/Projeto Comunidade Solidária
VIÚVAS DA SECA - 1994 - 35 MIN.
Produção: Zarabatana Produções

07-04-97

SEXUALIDADE - FAMÍLIA E CASAMENTO - 1994 - 21 MIN.
Produção: Fundação Roberto Marinho/ANTEVÊ/Iser Vídeo
AÇÚCAR, A DOCE VIDA - 1989 - 25 MIN.
Produção: EMA Video

08-04-97

DE OLHO NA SAÚDE -VARIZES - 1997 - 30 MIN.
Produção: TVE-RJ
UM VÔO AZUL - 1994 - 13 MIN.
Produção: NAVE/IPUB

09-04-97

SAÚDE EM DEBATE - **ESTRUTURA DOS SERVIÇOS DE SAÚDE** - 1996 - 30 MIN.
Produção: TVE-RJ/CANAL SAÚDE
PRATO PREDILETO - 1994 - 16MIN.
Produção: Núcleo de Multimeios-SENAI/SP

10-04-97

SAÚDE EM REVISTA - 1996- 15 MIN.
Produção: TVE-RJ/CANAL SAÚDE
Produção: CECIP
O QUE FAÇO COM ESTE TESÃO? - 1985 - 07 MIN.
Produção: SOS Corpo/TV VIVA
TRANSA LEGAL - 1991 - 7 MIN.
Produção: ECOS - Estudos e Comunicação em Sexualidade e Reprodução Humana

18-04-97

CENÁRIO BRASIL - Universidade Solidária II - 1997 - 15 MIN.
Produção: TVE-RJ/Projeto Comunidade Solidária.
TÁ LIMPO! - 1991 - 11 MIN.
Produção: Christina Koenig/Epoca 10 Comunicações/Magnatel
PAPES/LIXO - 1995 - 18 MIN.
Produção: FIOCRUZ (PAPES Lixo/ Universidade Aberta/ENSP e Núcleo de Vídeo)

21-04-97

PROJETO FOLCÓLERA - 1992 - 15 MIN.
Produção: SES-RN
DENGUE NUNCA MAIS - 1994 - 21 MIN.
Produção: Lead Com. Prod. Ltda./ SP Centro de Comunicação Ltda.
AS AVENTURAS DA FAMÍLIA NALUA - 1994 - 05 MIN.
Produção: Núcleo de Cinema de Animação de Campinas
NASCIDOS PARA AMAR - 1992 - 04 MIN.
Produção: Núcleo de Cinema de Animação de Campinas

22-04-97

DE OLHO NA SAÚDE - DOENÇAS BENIGNAS DA MAMA - 1997 - 30 MIN.
Produção: TVE-RJ
LOUCURA E ESPAÇO URBANO - 1994 - 11 MIN.
Produção: Selma Lancman
SAÚDE MENTAL - 1994 - 05 MIN.
Produção: Ministério da Saúde
Programa da série TV Saúde que aborda as questões relacionadas a saúde mental.

23-04-97

SAÚDE EM DEBATE - PLANEJAMENTO FAMILIAR - 1997 - 30 MIN.
Produção: TVE-RJ/CANAL SAÚDE
ALIMENTAÇÃO E SAÚDE - 17 MIN.
Produção: Ertel/SES-MS/TVE-MS

24-04-97

SAÚDE EM REVISTA - 1997 - 15 MIN.
Produção: TVE-RJ/CANAL SAÚDE
JULIETA E ROMEU - 1995 - 18 MIN.
Produção: ECOS
DROGAS - 1994 - 17 MIN.
Produção: Fundação Roberto

25-04-97

CENÁRIO BRASIL - UNIVERSIDADE SOLIDÁRIA III - 1997 - 15 MIN.
Produção: TVE-RJ/Projeto Comunidade Solidária
EU VIVO DE CAÇAR COCO BABAÇU - 1993 - 35 MIN.
Produção: Zarabatana Produções

28-04-97

A VELHA A FIAR - 1960 - 06 MIN.
Produção: Ince/Embrafilme
TV VILA: AMBIENTE, COISA E TAL - 1993 - 12 MIN
Produção: Unid. Clínica Adolescentes/UERJ
SEM CAMISINHA NÃO DÁ! - 1992 - 27 MIN.
Produção: CECIP

29-04-97

DE OLHO NA SAÚDE - MÁ DIGESTÃO - 1997 - 30 MIN.
Produção: TVE-RJ
TV PINEL - 1997 - 15 MIN.
Produção: Instituto Philippe Pinel

30-04-97

SAÚDE EM DEBATE - TRANSPLANTES DE ÓRGÃOS - 1997 - 30 MIN.
Produção: TVE-RJ/CANAL SAÚDE
ESPECIAL FOME - 1994 - 18 MIN.
Produção: Fundação Roberto Marinho

01-05-97

SAÚDE EM REVISTA - 1997 - 15 MIN.
Produção: TVE-RJ/CANAL SAÚDE
Matérias atuais na área da saúde. Hoje: Stress, Obesidade, Distúrbios do Sono.
PLANEJAMENTO FAMILIAR - 1986 - 5MIN.
Produção: SOS Corpo
GESTAÇÃO - 1991 - 13 MIN.
Produção: Petrobrás
CONTOS MODERNOS - 1991 - 11 MIN.
Produção: IDAC

SE VOCÊ QUISER RECEBER EM CASA A PROGRAMAÇÃO DO CANAL SAÚDE, ENVIE-NOS SEU ENDEREÇO.

ESCREVA PARA:
Canal Saúde/FIOCRUZ

Av. Brasil, 4365 - Manguinhos
Rio de Janeiro - RJ - CEP 21045-900. Tel./Fax (021) 290-0287

Departamento de Comunicação e Saúde / CICT / FIOCRUZ
Av. Brasil, 4036 sala 514
Rio de Janeiro - RJ - CEP 21040-361
Tel./Fax: (021) 280-9441

CÂNCER I

INCA ALERTA SOBRE AUMENTO DE CASOS

A estimativa de mortes provocadas pelo câncer em brasileiros em 1997, divulgada pelo Instituto Nacional do Câncer (Inca), indica um crescimento de 3%, índice semelhante ao do ano passado. Ao todo serão 97.705 óbitos, além de 248.355 novos casos diagnosticados. Segundo o diretor do Inca, Marcos Moraes, 85% das causas da doença podem ser evitadas combatendo o fumo, o álcool e os hábitos inadequados de alimentação e higiene. O câncer de pulmão (relacionado em grande parte ao fumo) e o de estômago (relacionado às condições de conservação dos alimentos) são os que mais matam no País. O câncer de mama vem em terceiro, mas é disparado o de maior incidência, seguido pelo de colo de útero.

CÂNCER II

ÍNDICE DE CURA MAIOR COM QUIMIOTERAPIA

Em três anos, uma em cada mil pessoas (0,1% da população do planeta), com idade entre 20 e 40 anos, será sobrevivente de algum tipo de câncer adquirido na infância ou adolescência, prevê José Carlos Córdoba, oncologista do Hospital de Apoio de Brasília. "Hoje, o índice de cura para a leucemia linfóide aguda (LLA), a mais comum entre as crianças, pode superar os 70% em qualquer país com acesso ao tratamento quimioterápico padrão", diz ele.

CHAGAS

OTIMISMO EM MEIO À EPIDEMIA

A Organização Panamericana da Saúde (Opas) calcula que entre 16 e 18 milhões de latino-americanos estão infectados com o Mal de Chagas, de dois a três milhões desenvolveram complicações crônicas e cerca de 43 mil destes morrerão durante este ano.

O Programa de Doenças Infecciosas da Opas espera que os programas de saneamento intensivo para eliminar o inseto transmissor - o barbeiro - interrompam a transmissão da doença no Uruguai, este ano; no Chile, em 1998; e na Argentina e Brasil, no ano 2.000.

MALÁRIA

DOENÇA TEM AUMENTO DE 200% EM MANAUS

O Instituto de Medicina Tropical de Manaus (IMTM) registrou, em janeiro, 1.031 casos de malária em Manaus, o que representa um aumento de 200% em relação a janeiro de 96. O instituto registra apenas 50% dos casos no município, sendo os demais atendidos nos postos da Fundação Nacional de Saúde. De acordo com o diretor do IMTM, Wilson Alecrim, o índice de casos vem se elevando desde maio de 96, em decorrência do desmatamento na periferia de Manaus e da descontinuidade no controle do mosquito *Anófeles*, transmissor da doença.

PARKINSON

TERAPIA DE GENES É TESTADA EM RATOS

Pesquisadores da Universidade de Rochester, em colaboração com cientistas da empresa Genetic Therapy Inc. e da Universidade de Iowa publicaram estudo na revista "Science" que mostra a possibilidade de uma terapia de genes contra o Mal de Parkinson, doença neurovegetativa que afeta o cérebro. Depois de ministrar uma substância que simula a doença em ratos, a equipe injetou no cérebro dos animais uma versão modificada do vírus do resfriado, carregando genes responsáveis pela produção do fator GDNF, que protege as células nervosas que são destruídas pela doença. Os genes passaram a produzir o fator diretamente no cérebro e, em seis semanas, os neurônios que não haviam recebido a terapia tinham 69% mais chance de morrer, enquanto os outros somente 21%.

MENOPAUSA

CIRURGIA RADICAL É QUESTIONADA

Para evitar efeitos colaterais da progesterona, um dos hormônios usados no tratamento de mulheres que estão na menopausa, médicos dos Estados Unidos estão indicando a histerectomia - operação para a retirada do útero - tendência que chega ao Brasil despertando polêmica. "O procedimento tem que ser analisado com cuidado, caso a caso", afirma José Antônio Marques, da Universidade de São Paulo (USP). "A mulher é exposta aos riscos de uma cirurgia para evitar problemas que talvez ela nunca venha a ter", acrescenta Cláudio Basbaum, da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp).

DOR

ANALGÉSICO PERIGOSO

Embora aparentemente inofensivos, os analgésicos de uso comum, que pertencem ao grupo químico do ácido acetilsalicílico, da dipirona e do paracetamol, trazem uma série de contra-indicações e efeitos colaterais nem sempre identificados pelos consumidores.

"A automedicação pode não resultar no alívio do sintoma, além de mascarar o fator causador da dor, provocar intoxicação farmacológica e dependência física ou psíquica, além de gasto financeiro desnecessário", alerta o presidente da Sociedade Brasileira de Estudo da Dor, Lino Lemonica.

CÂNCER III

PRECONCEITO AUMENTA DOENÇA NA PRÓSTATA

O preconceito e a desinformação que levam os homens brasileiros a fugirem do toque retal são responsáveis pelo aumento no número de casos de câncer na próstata - tipo de câncer que mais cresce no País, com 150 mil novos casos diagnosticados no ano passado. No toque retal, o médico introduz um dedo no ânus do paciente para sentir a consistência e o tamanho da próstata.

Segundo Geraldo de Campos Freire, da Universidade de São Paulo (USP) e membro do Conselho Brasileiro de Saúde Prostática, todo homem ao redor dos 59 anos deve fazer um check-up prostático. Se há um antecedente desse tipo de câncer na família, os exames devem começar aos 40 anos.

HANSENÍASE

DIAGNÓSTICO RÁPIDO APRESSA A CURA

A hanseníase tem cura, pode ser tratada em qualquer posto de saúde e quando é reconhecida precocemente evita mutilações, facilita o tratamento e apressa a cura. Esta é a mensagem principal do Projeto Reprehan, campanha com apoio da Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro, que divulga em folhetos e outdoors informações sobre a doença e contra o preconceito em relação ao doente. A campanha alerta também aqueles que abandonam o tratamento logo que apresentam uma melhora: nestes casos há o risco de, em seis meses, ter uma recaída. Os principais sintomas da doença são manchas na pele que não doem, não coçam, não transpiram; queda de pêlos; dormência; formigamento; perda de sensibilidade à dor, ao calor e ao frio.

Saúde Ambiental

Agrotóxico pode ser causa de depressão e suicídio de trabalhadores

Os agrotóxicos do grupo químico organofosforado podem estar associados ao elevado número de suicídios que ocorre nas cidades produtoras de fumo em Alagoas e Rio Grande do Sul.

Em Venâncio Aires (RS), 21 pessoas se mataram em 95, a maioria agricultores que entraram em depressão e se enforcaram. Esse número corresponde ao coeficiente de 37,22 por 100 mil habitantes, quase 10 vezes a média do País. Em Arapiraca (AL), 28 pessoas se suicidaram em 1996 (16 por 100 mil habitantes), segundo investigação do jornal Folha de São Paulo nos hospitais da região. A maioria ingeriu o próprio inseticida.

A Bayer, que produz o Tamaron, retirou o produto do mercado

alagoano em novembro passado, embora descarte a relação entre o inseticida e os suicídios.

A associação dos agrotóxicos com os suicídios nas cidades do fumo é a principal hipótese do Relatório Azul, elaborado pelo Grupo Interdisciplinar de Pesquisa e Ação em Agricultura e Saúde (Gipas) de Porto Alegre, entregue à Assembléia Legislativa do Estado.

- Vários estudos toxicológicos apontam os organofosforados como degenerativos do sistema nervoso central , porque inibem a produção de acetilcolinesterase do organismo - diz João Werner Falk, da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Segundo ele, a pessoa intoxicada pode apresentar vários problemas físicos e mentais, como a ansiedade, irritabilidade, perda de memória e depressão, importante fator de risco para o suicídio.

Para o antropólogo Everton Nobre, da Universidade de Santa Cruz do Sul, autor de estudo sobre os suicídios em Venâncio Aires, a causa mais provável para os suicídios está nos valores muito rígidos da população de origem germânica da região gaúcha, o que não é o caso de Arapiraca, em Alagoas.

MACONHA

REVISTA CIENTÍFICA DEFENDE USO TERAPÊUTICO DA DROGA

O "New England Journal of Medicine", a mais respeitada revista médica dos EUA, classificou de "desorientada e desumana" a política federal americana que considera a maconha uma droga ilegal e busca criar obstáculos para o uso médico da substância, o que foi aprovado pelos eleitores da Califórnia e do Arizona, em novembro passado.

Muitos médicos, com base em diversos estudos, acreditam que a maconha pode aliviar as dores e reduzir a pressão no globo ocular de pessoas que sofrem de glaucoma, além de aliviar a náusea e a dor e aumentar o apetite de pacientes em estágios avançados de câncer e Aids. "O alívio pode ser tão marcante que alguns pacientes e suas famílias estão dispostos a arriscar serem presos para comprar ou plantar a maconha", escreve o editor da revista, Jerome Kassirer. "É hipocrisia proibir médicos de receitar maconha enquanto podem receitar a morfina e meperidine", acrescenta.

FITOTERÁPICOS

CEME VAI ORIENTAR O USO DAS ERVAS

A Central de Medicamentos (Ceme) do Ministério da Saúde, planeja estabelecer uma espécie de guia com plantas estudadas em seis universidades quanto à eficácia terapêutica, dosagens recomendadas e efeitos adversos.

O cultivo e distribuição de ervas à população já é prática de centros de saúde em diversas cidades brasileiras. Um ambulatório do Hospital Regional de Planaltina (cidade satélite de Brasília) atendeu no ano passado 17 mil pacientes com ervas cultivadas na própria unidade. "Usamos a fitoterapia como recurso adicional de tratamento", explica o clínico e sanitarista Carlos Alberto Campos, diretor do ambulatório.

O uso indiscriminado e sem base científica porém é desaconselhado até pelos maiores defensores da fitoterapia. "Há variações de espécies da mesma planta e reações diferentes dependendo da pessoa que utiliza", alerta o farmacêutico e bioquímico Sylvio Panizza, da Universidade de São Paulo (USP).

E MAIS:

• Substâncias químicas que simulam hormônios humanos e animais como a dioxina, presentes em plásticos, pesticidas e outros produtos que não se degradam facilmente, podem prejudicar o desenvolvimento neurológico e comportamental dos seres humanos e espécies da vida selvagem, alerta o Grupo de Trabalho sobre o Desequilíbrio Endócrino de Substâncias Químicas, organismo que reúne especialistas norte-americanos e europeus.

• Os remédios Calmarin e Catedral, fabricados em São Paulo, e Calcium 1.000, nos Estados Unidos, produtos naturais receitados para a reposição de cálcio no organismo, estão contaminados com chumbo, segundo testes realizados pelo Centro de Ciência e Tecnologia de Minas Gerais a pedido de um usuário do Clamarin durante três anos. Em amostras escolhidas pelo fabricante e enviadas ao Instituto de Tecnologia de Alimentos de São Paulo, não foi possível a confirmação desses resultados.

• Direitos da criança são violados em todo o mundo. Em todos os países ainda há crianças condenadas à prostituição, mendicância ou a fazer trabalhos forçados, além de serem obrigadas a se casarem precocemente, segundo estudo realizado por peritos da Organização das Nações Unidas (ONU).

• A exemplo da França, o governo brasileiro estuda em comissão que reúne cinco Ministérios o fim do uso do amianto no Brasil. A substância usada para a fabricação de caixas d'água e telhas e provoca câncer de pulmão e outras doenças.